

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UM PROJETO INCOMPLETO

Juremir Machado da Silva

RESUMO

Este artigo discute os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil, desconstruindo algumas das suas principais características, contradições e ambiguidades. Com base no conceito de campo apresentado por Bourdieu (1997), o autor esclarece a rede de interesses que se estabelecem no campo científico e acadêmico. Nela, além dos próprios investigadores, acabam por estar implicadas as instituições, em particular as de financiamento e apoio à investigação, no quadro das pós-graduações. No final no texto são apresentadas algumas sugestões de melhoria em relação ao sistema atual.

PALAVRAS-CHAVE

Avaliação; campo; ciência; pós-graduação

DO CONCRETO AO CONCRETUAL

No Brasil, a exemplo de muitos países preocupados com pesquisa científica, decidiu-se investir pesadamente na avaliação dos chamados programas de pós-graduação. Essa decisão foi acelerada, em paralelo com o crescimento que levou ao *boom* da pós-graduação no país e que aconteceu ao longo dos anos noventa. Foi uma decisão importante e sábia. Mas não sem distorções. Os problemas eram muitos e exigiam abordagem complexa. As defesas de dissertações e teses, por exemplo, em certa época, podiam ser prorrogadas por longo tempo. As bolsas concedidas pelas agências governamentais eram distribuídas nem sempre na base de critérios suficientemente rigorosos e também podiam, muitas vezes, ser prorrogadas sem justificativas convincentes. As exigências em relação à produção dos docentes investigadores eram difusas e frágeis.

A tarefa de avaliação cabe no Brasil à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), organismo do Ministério da Educação. O processo avaliati-vo, ao ser intensificado e dotado de critérios de orientação e de metas, proporcionou um salto de qualidade, embora ainda permaneça incompleto, do ponto de vista da definição transparente de regras e procedimentos. Hoje, já se tem um vasto acervo de dados de avaliação¹. Algumas áreas têm conseguido excelentes resultados. Outras, nem tanto. Trata-se, como deve ser, de uma avaliação por pares. Que problemas essa situação “ideal” pode criar e como abordá-los?

Poucos conceitos parecem tão óbvios e pertinentes quanto o de campo na definição de Bourdieu:

¹ Mais informação disponível em www.CAPES.gov.br.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define a sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (Bourdieu, 1997, p. 57)

Os campos científicos não são diferentes. O campo da Comunicação é um deles. Obedece às mesmas regras, dilemas e desafios que campos de outros domínios.

Numa avaliação, tem-se uma situação complexa que remete para outro pensador francês, o sociólogo Edgar Morin. Trata-se de uma situação que é, ao mesmo tempo, paradoxalmente, antagônica e complementar:

- A avaliação é feita por pares. E por concorrentes.

- Por pares concorrentes.

A avaliação por pares sugere cooperação e isenção.

A avaliação por concorrentes sugere competição, conflito, disputas, posições, estratégias, alianças e jogos de interesse.

O que predomina?

Quando num espaço geográfico ou cultural, por exemplo, existem três elementos dentro do campo e, durante 15 anos ou mais, dois deles sempre integram, juntos ou alternadamente, a comissão avaliadora, enquanto o outro jamais dela participa, chega-se a algo muito claro:

- Quem é dominante e quem é dominado.

De onde se conclui que podem existir programas avaliadores e programas avaliados. O Brasil tem características regionais que precisam de ser sempre considerados para evitar desequilíbrios. A região sudeste tende a ser dominante por concentrar historicamente o maior número de programas. No caso da Comunicação, concentra os programas fundadores e formadores dos docentes de muitos outros programas mais recentes e fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. A Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro integram um núcleo de origem. Isso não garante sempre os melhores resultados. Os programas dessas instituições já passaram por momentos variados no ranking.

A consciência do jogo torna os jogadores cada vez mais determinados a controlar as jogadas e as regras do jogo. Tudo é feito sob supervisão da CAPES, em reuniões com todos os coordenadores de programas de pós-graduação de determinada área. Elaborar-se em conjunto, a partir de algumas delimitações gerais da CAPES, o chamado “documento de área” que vale como regra do jogo para cada avaliação trienal (quadrienal, a partir de agora). Porém, tornou-se hábito dizer que, depois de realizada uma avaliação, a CAPES autorizou mudanças de última hora nas regras fixadas no “documento de área”. A CAPES jamais confirma ou nega. Mantém um silêncio altivo ou estratégico. Regras modificadas durante o jogo, ou não comunicadas antes dele, instalam a suspeita,

mesmo velada, no coração da disputa. De que vale passar anos a discutir regras se o essencial será alterado na avaliação pela CAPES ou, supostamente, em nome dela?

Em função de reclamações no final de certas avaliações, o “documento de área” da Comunicação de 2013 oficializou a possibilidade de alterações das regras no momento das avaliações:

Considerada a dinâmica das áreas e dos programas, assim como do próprio conhecimento, e ainda dos padrões de expectativas da CAPES, sempre surgem questões novas, para as quais não há respostas prévias. Nesses casos, além dos critérios gerais de excelência, acima referidos, a Comissão de Avaliação toma decisões *ad hoc*, deliberadas coletivamente, com base na equanimidade (CAPES, 2013a, p. 19)

Isso não resolveu o problema. A adoção de fórmulas para medir a distribuição da produção dos docentes não constantes no “documento de área” e a alteração *ad hoc* de alguns itens continuaram a provocar polémica, insatisfação e muitas críticas.

Como se chega a uma situação assim? Como enfrentá-la? Tratar como simples coincidência? Ou questionar as regras do jogo? De resto, como são construídas e validadas as regras? Participar das instâncias de decisão de um campo pode ser determinante para “salvar a lavoura”, como se diz coloquialmente no Brasil, ainda assombrada por seus feudos de origem rural. Tratar desse tema abertamente, sem preconceitos e temores, é uma tentativa de contribuição para que os próximos lances do jogo sejam mais eficientes, mais claros e menos litigiosos.

CRITÉRIOS QUE DISTORCEM A REALIDADE: INTERNACIONAL E ESTRANGEIRO

A necessidade de classificar e de fazer um *ranking* tem levado à produção de regras frequentemente artificiais. Internacionalização é a palavra do momento. Em certo sentido, só pode ser positiva. Significa abrir horizontes, promover intercâmbio, trocar saberes, partilhar informações, investigar em colaboração com pessoas países diversos. Em outro sentido, porém, pode não ser tão favorável. “Internacional” pode ser apenas sinónimo de valorização do estrangeiro. Publicar numa revista estrangeira pode ser mais valorizado do que publicar num periódico nacional. Porquê? Publicações europeias e norte-americanas tendem a ser supervalorizadas. Há temas, contudo, que interessam muito num país e quase nada noutra. Essa ponderação é feita? Nem sempre. O fascínio pelo estrangeiro deixa poucas brechas. Outra distorção é da língua franca: o inglês. O aspeto ideológico da escolha de uma língua como dominante, soterrando, assim, línguas nacionais, é encoberto pela imposição de uma escolha como verdade incontestável. Diante de qualquer protesto, surge a intimidação: o inglês é a língua da ciência. Contra os nacionalismos tacanhos, fechados e monoglotas, impõe-se o culto em inglês ao estrangeiro como superação do nacional pelo internacional garantido graças ao prestígio de certas nações.

Não se trata de recusar categoricamente o inglês como o “Esperanto da ciência”, nem de defender qualquer tipo de nacionalismo. A ciência, porém, não está separada

dos demais elementos que fazem parte dos interesses de um país e de uma sociedade, entre os quais a valorização da língua nacional. Ter, como já foi o caso, revistas em papel publicadas em inglês para um público predominantemente brasileiro tem algo de peça de Ionesco. O mesmo pode acontecer com as aulas dadas em inglês para plateias exclusivamente de brasileiros ou de qualquer país não anglófono. Uma Sociologia da Ciência pode identificar aspectos ideológicos nessas escolhas apresentadas como óbvias, “naturais”, evidentes e indiscutíveis. Assim como na apologia das melhorias tecnológicas pode existir uma ideologia tecnicista, só se vendo os pontos positivos, também no culto à internacionalização pode esconder-se uma ideologia construtora de hierarquias artificiais.

Esse é apenas um tópico, que não será levado adiante aqui, de certa armadilha classificadora. É preciso julgar, classificar, inserir em *rankings*. Isso corre em paralelo à quantificação. É preciso publicar todos os anos. Porém, uma boa investigação precisa de três a quatro anos. Um bom livro, ao final disso, não seria suficiente? Nas ciências humanas, os livros continuam a ser fundamentais. Afirma-se que as ditas ciências “duras” preferem revistas. Qual seria o problema do livro? Uma suspeita. A falta de avaliação segura por pares antes da publicação. A avaliação prévia não é garantia de qualidade, mas é um procedimento de rigor. A ciência atual tem pressa e não pode esperar a atuação do tribunal das reputações. Para sanar esse problema, os livros passaram a ser avaliados. O problema é que artigos são avaliados previamente por avaliadores diversos, conforme as diferentes revistas para as quais são enviados. É um processo complexo e aberto. Os livros são avaliados, depois de publicados por uma comissão única formada pelo representante de área. É um processo simplificador.

É melhor ficar só com revistas? Apostar tudo nos fatores de impacto? Ou estabelecer condições mínimas de funcionamento para os programas de pós-graduação e pesquisas, dando tempo ao tempo para que os frutos amadureçam e possam ser colhidos de maneira “natural”? A ciência quer transformar-se num mecanismo de uniformização e unificação ou pode fazer o seu trabalho protegendo a diversidade linguística, cultural, metodológica, teórica e histórica dos lugares?

Criar sistemas de classificação só por causa da necessidade de classificar é muito fácil, mas isso não encobre os paradoxos. Aos poucos, o artificialismo do sistema torna-se mais evidente do que a sua função.

REPRESENTANTE DE ÁREA E FORMAÇÃO DAS COMISSÕES

No Brasil, a escolha do representante de área, ou coordenador de área, é feita pela CAPES a partir da indicação de nomes pelos investigadores bolsistas do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), pelos coordenadores de Programas de Pós-Graduação e pelas entidades de cada área. No caso da Comunicação, os coordenadores de programas escolhem em votação nomes na reunião da CIMPÓS - a Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Depois de entronizado, porém, o representante da área da Comunicação escolhe a sua comissão de avaliação praticamente a seu

bel-prazer. Por que motivo a formação da comissão avaliadora não obedece a critérios anunciados de transparência? Por que motivo o representante de área pode escolher a sua comissão como um soberano absolutista sem qualquer limite ou constituição? Só quem não leu Bourdieu pode acreditar que isso não tenha consequências sobre as estratégias definidas pelos dominantes. Alguns podem não ter resultados imediatos, mas, conforme suas estratégias e alianças, apostam no futuro. Há um tempo para semear. Não basta o representante de área responder à CAPES sobre a formação da sua comissão: é preciso que responda também junto aos pares.

No triênio 2010-2012, avaliado segundo o “documento de área 2013”, foram formadas quatro comissões: a comissão de avaliação propriamente dita, a comissão Qualis-periódicos, a comissão Qualis-livros e a comissão de sistematização do “documento de área”. Um programa participou das quatro. Outro, da mesma região e com a mesma nota até então, de nenhuma. Outro programa, ainda da mesma região, com nota inferior aos dois primeiros, participou da comissão principal com dois integrantes. Conclusão: ou as ideias de Bourdieu sobre campos estão certas e essa distribuição tem consequências em função da ocupação de espaços e da possibilidade de participar das tomadas de decisões, ou trata-se de mera ficção e não valeria a pena trabalhá-las em sala de aula e citá-las em artigos doutos.

A regra do jogo privilegia os jogadores que podem mudá-las durante o jogo. Não precisa de ser por má-fé. Basta poder estar no jogo. Tratar essa possibilidade como coincidência é menosprezar os pares concorrentes.

FÓRMULAS DE MENSURAÇÃO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

A avaliação no Brasil lida com fórmulas complexas que variam conforme as áreas. Na Comunicação, elas costumam ser apresentadas como se fossem uma exigência da CAPES e não constam no “documento de área”. Por exemplo, esta: $\{[2 \times \text{média anual de docentes} \times \text{Índice } 1] + [3 \times \text{média anual de itens} \times \text{Índice } 2] \times 100\} / \{[2 \times \text{média anual de docentes}] + [3 \times \text{média anual de itens}]\}$. Essas fórmulas decidem os resultados e raramente são dominadas por todos os jogadores. Por que não são discutidas com a área? Por que são adotadas, *a posteriori*?

Outra fórmula diz respeito à chamada “distribuição da produção qualificada”, obtida através da soma dos pontos das melhores produções de cada professor dividida pelo número de anos em que o docente atuou no programa. Se ficou três anos, são escolhidas seis produções e seis é o factor de divisão. Se ficou dois anos, são quatro produções e quatro é o factor de divisão. Se ficou um ano, são duas produções e dois é o factor de divisão. Se um professor nada produziu, tem zero e conta na soma geral de professores pela qual a soma total de pontos será dividida. Há distorção? Sim: ficar três anos no programa sem produzir e ficar apenas um ano e sair produz exatamente o mesmo factor: zero. Isso afeta negativamente a produção da média e não diferencia quem saiu e quem ficou sem produzir. Mais do que outra coisa, mostra o exagero de um formulismo que não foi discutido e é mal aplicado.

A última avaliação da CAPES na Comunicação resultou na flexibilização do “documento de área”, designada por um coordenador de programa como “customização da avaliação”. No texto dos critérios para atribuição da nota 6 (a escala vai até 7, mas nenhum programa chegou até agora ao máximo) previa-se:

Predomínio do conceito Muito Bom nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito Bom em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança). (CAPES, 2013a, p.54)

Nessa altura deu-se o problema. Nem vale a pena discutir a inexistência de parâmetros objetivos sobre os “centros internacionais”. Trata-se de um instrumento de marketing subjetivo.

Vejam os que ocorreu em “produção técnica”, um dos itens da ficha de avaliação, que envolve praticamente todas as atividades de um programa de pós-graduação. Dizem os avaliadores sobre o programa X:

O PPG obteria, com base apenas nessas faixas, o conceito Regular. Entretanto, a Comissão adotou o conceito Bom como mais efetivamente adequado para expressar as atividades do PPG, na medida em que as atividades internacionais e de intercâmbio envolvem em seu âmbito uma diversa e qualificada produção de ordem técnica, subsumida às atividades de pesquisa e qualificando estas. Mais que a estrita quantidade, essa qualidade especial reforça o trabalho central em pesquisa e o direcionamento concentrado na internacionalização².

E sobre o programa Y diz-se o seguinte:

O PPG obteria, apenas com base nessas faixas, o conceito Regular. Entretanto, adotamos o conceito Bom, considerando o excelente conjunto de atividades em organização seminários, preparação de intercâmbio, convênio e visitas, participações em eventos, para além de sua mera quantificação³.

Rigorosamente falando, se o “documento de área” tivesse sido aplicado sem flexibilizações não haveria programa da Comunicação nota 6 no Brasil atualmente.

QUALIS LIVRO

Uma comissão de onze pessoas, reunida durante uma semana, pode avaliar 4330 itens “inseridos no sistema pelos programas”? Cada programa deveria preencher um

² Esta informação é registada mediante processo de pesquisa-reflexão etnográfico. Considera-se a necessidade de reservar o anonimato do curso/universidade.

³ Esta informação é registada mediante processo de pesquisa-reflexão etnográfico. Considera-se a necessidade de reservar o anonimato do curso/universidade.

formulário correspondente a cada livro a ser enviado. A comissão invalidou 1223 itens, supostamente por erro no preenchimento do formulário. Embora tivesse os livros, ficou com o formulário repassando a responsabilidade aos programas. Conseguiu, dessa forma, avaliar, em cinco dias, 1456 títulos. Como conseguiu a façanha de ler tantos livros em tão pouco tempo? Ou avaliou-os sem recorrer à leitura? Os critérios para a avaliação impunham a leitura nos quatro níveis de classificação, L1 (mais baixo), L2, L3 e L4. Eis os critérios aplicados para a classificação dos livros (CAPES, 2013b, pp.16-17):

“ESTRATO L4

- Obra diferenciada quanto à inovação temática, metodológica e com impacto na área e nos campos específicos de conhecimento aos quais está relacionada.
- Obra que atende plenamente aos quatro itens da avaliação qualitativa.
- Obra com evidente contribuição significativa para a área.
- Coletâneas sobre temas específicos e impacto internacional e nacional.
- Obra com potencial para impactar os estudos e pesquisas da área.
- Obra inovadora com profundidade teórico-metodológica.
- Obra relevante pela temática e referencial do autor.
- Obra publicada no exterior, de relevância internacional e nacional.

ESTRATO L3

- Obra importante para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento e que apresentem temas inovadores.
- Obra que atende, no mínimo, a três dos itens da avaliação qualitativa.
- Obra com inovação temática, metodológica e com impacto na área e nos campos específicos de conhecimento aos quais está relacionada.

ESTRATO L2

- Obras de caráter generalista desprovida de organicidade, com pouco impacto para a área.
- Obra que atende, no mínimo, a dois dos itens da avaliação qualitativa.

ESTRATO L1

- Obras de caráter local, endógenas.
- Obras de caráter técnico com temáticas repetitivas.
- Livros cuja temática tangencia a área.
- Coletâneas derivadas de eventos, sem critérios explícitos sobre a seleção dos textos.
- Obra que não atende ao disposto nos itens da avaliação qualitativa

NÃO CLASSIFICADOS

- Obras que não atendem critérios mínimos de conteúdo e organização pertinentes à área.
- Obra que não se enquadrou como livro científico.
- Obra com informações incompletas ou inacessíveis.
- Obras fora dos temas da área
- Obra que apresentava informações diferenciadas entre aquelas registradas no sistema e aquelas identificadas pela comissão”.

Como saber-se o impacto de uma obra lançada no mesmo ano se a área não usa os chamados “factores de impacto? Como aplicar os critérios acima sem ler cada uma das 1.456 obras? Como evitar o subjetivismo e a falta de tempo? O resultado só poderia ser este: um mesmo livro, enviado por programas diferentes, por ser coletânea e por ter sido avaliado por pessoas diferentes, recebeu L4 pela IA (instituição A), L3; pela IB; e NCL (não classificado, equivalente a zero) pelas IC, ID e IF. Outro teve L2 pela IG e L3 pela UH. Os casos assim foram muitos. Explicou-se que houve um erro na divulgação da planilha.

Na verdade, fica claro que, por falta de tempo e excesso de material, não se conseguiu cotejar as avaliações diferentes de uma mesma obra. Talvez não se tenha percebido que, por envios diversos, uma mesma obra estava a ser avaliada mais de uma vez. Conclusão: a avaliação de livros foi confusa, ineficaz, distorceu resultados, provocou desconfiança e prestou-se a uma enorme subjetividade. Uma mesma comissão avaliar todos os livros abre a possibilidade de julgamentos ideológicos. Quer dizer, no sentido simplificador do termo, julgamentos redutores e enviesados. Esse é um problema que ainda não está bem resolvido.

PUBLICAÇÕES DE MESTRANDOS E DOUTORANDOS: MISSÃO E MEIOS

Certas novidades impõem-se e não permitem questionamentos: por que motivo mesmo os mestrados e os doutorandos tem de publicar, se raras são as publicações de excelência que os aceitam? Como dar missões sem dar meios? Por que não concentrarem-se na tarefa hercúlea de produzir uma dissertação ou uma tese de qualidade e, depois da conclusão, passar a publicar em função do que foi construído? A dinâmica vigente estimula publicar antes de terminar as investigações. Leva ao fatiamento e a requestrar trabalhos. Funciona, na verdade, como mais um artifício produtor de estatísticas e gerador de uma simulação de produtividade.

Os dogmas caracterizam-se, obviamente, pela impossibilidade do questionamento. Por outro lado, podem funcionar como sintoma: se há dogma, há algo a ser questionado. O sistema de avaliação está ao serviço da qualificação da pesquisa e da pós-graduação ou ao serviço de um modelo de classificação que, engolfado pela sua lógica, classifica para classificar e alimenta-se do gosto perverso dos pares em passar da cooperação à competição e ao prazer distintivo do exercício de poder designar o bom e o ruim, o legítimo e o ilegítimo?

O VALOR DAS REVISTAS PARA OS PROGRAMAS

Para quê ter uma revista num programa de pós-graduação? Quanto mais bem qualificada for a revista, mais pontos dará aos concorrentes pois, para evitar a endogenia (nome para auto favorecimento), os autores do próprio programa tem um espaço mínimo na publicação da casa. Não existe uma pontuação objetiva que durante a avaliação recompense os programas que publicam as melhores revistas. Muitos não tem periódicos e nada perdem com isso. A justificativa mais comum para esse paradoxo é infantil: é assim no mundo inteiro. Outra maneira de dizer que sempre será assim.

DIVERSIDADE E UNIFORMIDADE DE LINHAS DE PESQUISA

A diversidade deve primar sobre a uniformização. Em pouco tempo, os programas de pós-graduação brasileiros de Comunicação passaram a ter uma formatação homogênea entre áreas de concentração e linhas de pesquisa. Ficou praticamente convencionado que não pode haver linhas de pesquisa em Comunicação estruturadas em habilitações e meios: jornalismo, publicidade, relações públicas, rádio, televisão, etc. Na graduação, as novas diretrizes levaram no sentido contrário. As faculdades de comunicação social estão a ser separadas em cursos de jornalismo, publicidade e relações públicas cada vez mais independentes. Resultados: os cursos de pós-graduação trabalham com Comunicação, algo que, ao nível da graduação, está quase em extinção.

Por que não deixar que os programas se articulem livremente no que respeita a suportes, meios, habilitações, processos, linguagens? Por que motivo o Estado deve regular de tal forma a produção intelectual académica? Por que não fiscalizar a existência de condições mínimas de funcionamento e estimular a diversidade teórica, estrutural e metodológica? Por que motivo o Estado, por meio de uma comissão indicada por uma só pessoa, deve dar notas a livros? Como garantir que a ideologia da avaliação através de comissão única não prejudicará a obra avaliada daquele que pensa de forma diferente, em termos teóricos e metodológicos?

Cabe lembrar que cada país adota métodos próprios de avaliação. Quantos países avaliam todos os livros de uma área a partir de uma comissão única formada por indicação de um representante solitário?

EFEITO DE PRODUÇÃO ESTATÍSTICA

A avaliação não pode existir para fabricar estatísticas que sirvam simplesmente para dourar os relatórios governamentais. Edgar Morin alerta:

A vulgata tecnoeconômica predominante entre políticos e empresários tende a impor seus critérios de eficiência, de rentabilidade e de competitividade ao sistema educacional do ensino médio e da universidade. A avaliação por meio de notas já pode ser considerada arbitraria quando se trata de literatura ou de Filosofia, mas em lugar de ser substituída por uma avaliação motivadora, tende a se inserir em um gigantesco sistema de avaliações

quantitativas, que se generaliza em toda a sociedade, na qual os próprios avaliadores são avaliados por superavaliadores que jamais souberam se autoavaliar, nem colocar em dúvida suas avaliações. (Morin, 2015, p. 62)

SUGESTÕES PARA UMA AVALIAÇÃO TRANSPARENTE

- Uma mesma instituição não pode participar da Comissão de Avaliação mais de duas vezes seguidas. Muito menos uma mesma pessoa.
- Num mesmo triênio uma mesma instituição não pode integrar a comissão Qualis de livros, a comissão *Qualis* de periódicos, a comissão “documento de área” e a comissão de avaliação dos programas.
- Uma mesma instituição não pode ter mais de um membro, incluindo o representante de área, na Comissão de Avaliação.
- Os recursos devem ser encaminhados para um segundo nível de jurisdição da CAPES. Não é aceitável que a mesma comissão avalie as apelações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2013a). *Documento de área*. Retirado de https://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Sociais_Aplicadas_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2013b). *Relatório de Avaliação 2010-2012 – Trienal 2013*. Acedido em http://www.ppgccom.ufam.edu.br/attachments/article/18/relatorio%20da%20avaliacao%20trienal%202013_ci%C3%A7ncias%20sociais%20aplicadas.pdf.
- Morin, E. (2015). *Ensinar a viver: Manifesto para mudar a educação*. Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2006). *O método 3*. Porto Alegre: Sulina.

NOTA BIOGRÁFICA

Juremir Machado da Silva é doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris V. É escritor, historiador, jornalista, radialista, tradutor e investigador 1B do CNPq. É coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS e autor, entre outros livros, de *A miséria do jornalismo brasileiro* (Petrópolis, Vozes, 2000), *As Tecnologias do imaginário* (Porto Alegre, Sulina, 2003), *O que pesquisar quer dizer* (Porto Alegre: Sulina, 2010), *História regional da infâmia – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras, ou como se produzem os imaginários* (Porto Alegre: L&PM, 2010), *Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio* (Porto Alegre, Sulina, 2011), *Um escritor no fim do mundo: viagem com Michel Houellebecq à Patagônia* (Rio de Janeiro: Record, 2011), *Jango: a vida e a morte no exílio* (Porto Alegre: L&PM, 2013), *1964: golpe midiático-civil-militar* (Porto Alegre: Sulina, 2014) e dos romances *Getúlio* (Rio de Janeiro, Record, 2004), *Solo* (Rio

de Janeiro: Record, 2008) e 1930: *Águas da revolução* (Rio de Janeiro: Record, 2010) e *A sociedade Midiocre* – passagem ao hiperespetacular – o fim do direito autoral, do livro e da escrita. Porto Alegre; Sulina, 2012.

E-mail: juremir@pucrs.br

Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Av. Ipiranga, 6681 Prédio 7, Partenon, Porto Alegre/RS, CEP: 90619-900, Brasil.

* **Submetido: 10-09-2015**

* **Aceite: 10-10-2015**